



ECOS DO SILÊNCIO: A DIÁSPORA E A CHEGADA DA FAMÍLIA RICARDO À FAZENDA CANTO (1872 A 1952)

Adauto Santos da Rocha
José Adelson Lopes Peixoto

Resumo: O Xukuru-Kariri, objeto desse estudo é um povo indígena situado no município de Palmeira dos Índios, região Agreste do estado de Alagoas. Este artigo tem por objetivo discutir o processo de extinção dos aldeamentos em Alagoas e seu reflexo em Palmeira dos Índios, e a consequente aquisição das terras que hoje compõem a aldeia Fazenda Canto, descrevendo o protagonismo da família Ricardo, uma das treze famílias que povoaram a aldeia, à época de sua povoação. A abordagem descreve como essa família passou pelos processos históricos de silenciamento e ressurgência frente a negação do estado e da sociedade envolvente. As fontes da pesquisa constituíram-se em relatos de (10) dez membros da família Ricardo e também de moradores do distrito de Canudos (atual cidade de Belém-AL) que conviveram com os sujeitos entrevistados. Para o estudo dos relatos coletados partimos dos pressupostos teóricos de Maurice Halbwachs (2003), Lopes Peixoto (2013), Carneiro Martins (1994) e Silva Júnior (2013) como formas de evidenciar a experiência vivida pelo Xukuru-Kariri em nossa história recente.

Palavras-chave: Dispersão. História. Memória. Oralidade.

Abstract: The Xukuru-Kariri, object of this study is an indigenous people located in the municipality of Palmeira dos Índios, Agreste region of the state of Alagoas. This article aims to discuss the process of extinction of villages in Alagoas and its reflection in Palmeira dos Índios, and the consequent acquisition of lands that today make up Fazenda Canto village, describing the protagonism of the Ricardo family, one of the thirteen families that populated the village at the time of its settlement. The approach describes how this family went through the historical processes of silencing and resurgence in the face of denial of the state and surrounding society. The sources of the research were reports of ten (10) members of the Ricardo family and also of residents of the district of Canudos (current city of Belém-AL) who lived with the subjects interviewed. For the study of the collected reports we start from the theoretical assumptions of Maurice Halbwachs (2003), Lopes Peixoto (2013), Douglas Carrara (2004), Carneiro Martins (1994) and Silva Junior (2013) as ways of evidencing the experience lived by Xukuru- Kariri in our recent history.

Keywords: Dispersion. History. Memory. Orality.



Considerações iniciais: um prelúdio para a pesquisa

Palmeira dos índios é um município situado na região Agreste do Estado de Alagoas, localizado à 135 km de Maceió, capital do estado, é originário de missão indígena, estabelecido em 1835 e emancipado politicamente em 1889. Recentemente, com 126 anos, tem sua história marcada pelo conflito territorial e consternação dos índios Xukuru-Kariri primeiros habitantes da região. Sobre seus antigos aldeamentos fora erguida a memória oficial (POLLAK,1989) do povo palmeirense, lembrada por ter Graciliano Ramos, Jofre Soares, Luiz B. Torres, Ivan Barros, entre outros ilustres; e pobre por ter soterrado as memórias dos formadores da cidade: os índios Xukuru-Kariri.

Atualmente, a etnia forma dez aldeias nos entornos da cidade - em 2016, a partir de processo de retomada territorial, um grupo indígena proveniente da Fazenda Canto formou uma nova aldeia, em um território conhecido como *Fazenda Jarra*-totalizando novealdeias reconhecidas e uma delas, autodenominada de Xukuru Palmeira que não é reconhecida pelos seus pares, segundo (PEIXOTO, 2013), a organização desse novo aldeamento se deu em 2008, quando índios desaldeados da cidade uniram-se em virtude de sua não aceitação nas outras aldeias e retomaram uma área denominada de Monte Alegre, onde vivem atualmente.

Das dez aldeias existentes nos entornos da cidade, a Fazenda Canto é a de fundação mais antiga. De lá, surgiram os primeiros movimentos indígenas com o objetivo de reestabelecer o território que, outrora, lhes pertencera. Mesmo ameaçados, os índios lograram êxito em sua empreitada de lutas frente ao estado e, por conseguinte foi fundada a Aldeia Indígena Mata da Cafurna e, posteriormente os demais agrupamentos que configuram a distribuição do atual território indígena.

1872: O ano da perda do chão



Para muitos o ano de 1872 foi apenas mais uma data do império brasileiro, para os Xukuru-Kariri este ano representou um verdadeiro marco no esbulho de seus domínios com a efetivação da Lei de Terras de 1850 que trataremos mais à frente. Desde 1500, quando os colonizadores desembarcaram no Brasil, a expropriação das terras indígenas teve início, daquele ano em diante, os nativos da terra foram sendo denominados genericamente como índios (MELLATI, 1993) mesmo sendo formados por inúmeras culturas e povos.

Pressionado pelas reivindicações por terras que vinham da alta burguesia, o governo imperial, na pessoa de Dom Pedro II criou uma lei que previu regulamentar as questões agrárias nacionais, nasceu então a Lei de Terras de 1850. A Lei não foi efetivada imediatamente, pois, cada província ficou com autonomia para tal ação, o que acarretou um conjunto de acordos ou arranjos firmados entre os governos provinciais e os coronéis da época.

Em Alagoas, a Lei de Terras de 1850 tornou-se efetiva apenas em 1872, vinte e dois anos depois de sua criação, conhecida no estado como a *extinção dos aldeamentos*, se configura como importante acontecimento para entendermos o quanto as populações indígenas eram assoladas pelo fenômeno da exploração de suas terras, como em todo o estado, a onda de expulsão atingiu as famílias Xukuru-Kariri, onde o caso da extinção dos aldeamentos de Palmeira dos Índios foi particular, já que o próprio estado adotou medidas para a legitimação de tal ação como endossa a antropóloga Silvia Aguiar C. Martins no trecho a seguir:

“[...] a extinção dos aldeamentos indígenas no Nordeste se deu através de mecanismos legitimados pelo Estado no período Imperial, tendo continuidade logo no início da República. No caso de Palmeira dos Índios, por trás da afirmação da inexistência de índios estava a intenção de apropriação de terras do *extinto aldeamento*, tendo havido várias tentativas por parte da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios.” (MARTINS, 1994, p. 32)



Conforme descrito na citação anterior e tendo em vista a efetivação da Lei de Terras em Palmeira dos Índios, o ano de 1872 marcou o período sob o qual os Xukuru-Kariri pagaram com a perda de suas terras o preço da cobiça dos posseiros da região. Como seus domínios foram considerados *Terras Devolutas*, (SILVA JÚNIOR, 2013) endossa que foram loteadas e vendidas a terceiros, fato que iniciou o processo de retirada das famílias tradicionais indígenas na condição de expulsos de seus territórios.

Em virtude das formas históricas de aculturação e mistura (OLIVEIRA,1998) os Xukuru-Kariri sofreram inúmeros processos de negação por parte da sociedade que os envolve, classificados como “coitados” e “preguiçosos”, esse povo passou a agir na subalternidade enquanto viu a vila que habitava tornar-se cidade assumir uma postura de negação e discriminação, criando e sedimentando uma imagem pejorativa desse povo. Nesse contexto, houve a saída da família Ricardo que migrou para o município de Belém, denominada, à época, de Canudos.

Tutelados pelo estado: o SPI e a aquisição da Fazenda Canto

A aldeia Fazenda Canto, está localizada a sete quilômetros do centro da cidade de Palmeira dos Índios, cercada por propriedades da elite palmeirense. O seu acesso é feito por uma estrada de chão batido. Em pesquisas de campo, foi possível notar que as casas do aldeamento, em sua maioria, foram construídas de alvenaria e algumas casas de taipa, apesar das proibições de órgãos como vigilância sanitária e secretaria da saúde.

A aldeia é cercada por serras de onde brotam várias nascentes que proporcionam o abastecimento de água. A Fazenda Canto tem uma escola, que está localizada no centro da aldeia, chamada de Escola Pajé Miguel Celestino. Dispõe também de um posto de saúde, uma casa de farinha, um pequeno e improvisado campo de futebol, e demais espaços necessários para o convívio social dentro da localidade. A base de sustentação da aldeia provém da agricultura e do cultivo de bananas pelos solos férteis.



Passados oitenta anos desde a expulsão dos Xukuru-Kariri, o ano de 1952 é um marco do recomeço para aqueles que estavam dispersos pelos entornos de Palmeira dos Índios e de outros municípios alagoanos. O SPI (Serviço de proteção ao índio) foi instalado na terra dos Xukuru-Kariri. Os índios, que há muito tempo viviam no silêncio e na subalternidade passaram a ser tutelados pelo Governo Federal, abriram mão de sua autonomia pela sobrevivência de seu povo. A conjuntura começava a se modificar, já que tradições antes reprimidas voltariam a ser praticadas, desde que respeitassem as prerrogativas instituídas pelos postos indígenas.

Mesmo espelhando o Estado; o SPI enceta uma nova estação na política indigenista, iniciando a ressurgência do povo Xukuru-Kariri. Da Fazenda Canto, fundada por treze famílias indígenas (entre elas os Ricardo), saíram os grupos de resistência que realizaram as principais retomadas territoriais.

No ano de 1952 o SPI comprou, ajudado pelo dinheiro da venda de madeira de indígenas paranaenses, as terras que pertenciam ao posseiro Juca Sampaio e foi então instituída a aldeia Fazenda Canto:

“Com a aquisição da Fazenda Canto e a instalação do Posto Indígena Irineu dos Santos, várias famílias que viviam em diferentes localidades foram reassentadas naquela área. A expansão do campo de ação indigenista em Palmeira dos Índios, com a instalação do P.I. (Posto Indígena), proporcionou a proteção oficial em que os índios foram inseridos numa **situação de reserva.**” (MARTINS, 1994, p. 33)

Estando numa “situação de reserva”, os índios desaldeados foram convidados a se instalar na aldeia e começar uma nova vida; vindos de variadas localidades, deixaram sua condição de “trabalhadores de aluguel” para viverem um regime de subsistência agrícola implantado dentro da aldeia. É importante ressaltar que a agricultura ainda é a principal forma de angariar recursos da comunidade.



A venda da Fazenda Canto pelo político local Juca Sampaio rendeu-lhes bons lucros, levando em consideração o mau estado de conservação das terras que posteriormente foram ocupadas pelos índios, que por vez, tomaram conta de limpar as áreas que até então não podiam ser cultivadas. Foram vendidos 372 ha e repassados 276 (MARTINS, 1994, p. 34), fato que fez com que a aldeia se formasse com problemas territoriais.

Com a compra da Fazenda Canto, uma nova configuração situacional se efetivou, trazendo consigo novas alianças e vínculos pessoais e familiares, pois treze (13) famílias que viviam em várias localidades da região foram convidadas a morar no novo aldeamento; entre essas famílias, estava a família Ricardo, como enumera Martins:

“-de Belém (atual distrito de Quebrângulo, antigamente denominado de "Canudos", vizinho a Palmeira) vieram as famílias **Sátiro** (ou "Satile"), **Ricardo**, e também a **Aleixo** (de uma localidade próxima).

-do município de Anadia (em Alagoas) vieram as famílias **Firmino** e **Martins**.

-de áreas originárias da Zona da Mata, a família **Cosmo**.

-das localidades no município de Palmeira dos Índios:

"Caraíba Dantas": família **Ferreira de Lima**

"Candaró": família **Monteiro**

"Mandacaru": família **Salustiano** (ou Macáro)

"Cafurna de Baixo": **Conceição** e **Mouriço**

"Cafurna": **Celestino** e **Santana**." (MARTINS, 1994, p. 35)

Na lista acima, observa-se de onde vieram as famílias que iniciaram o povoamento da Fazenda Canto. Nessa lista, chamamos a atenção para a família Ricardo (nosso objeto de estudo) que se encontrava em canudos, distrito que pertencia a Anadia e atualmente é o município de Belém. Para traçar a trajetória dessa família, foi necessário buscar um amparo inicial na bibliografia publicada por Verena Alberti (2004, 2005) e Philippe Joutard (2000) para fundamentar uma pesquisa de campo baseada na realização de entrevistas orais, semiestruturadas, com 10 membros da referida família, entre os quais estão na faixa etária dos 40 aos 70 anos,



por serem guardiões de memórias de maior duração (CANDAU, 2016) e por serem os integrantes da segunda geração, filhos de dois (2) dos patriarcas da família Ricardo (José Ricardo e Manoel Ricardo) – ligados diretamente aos primeiros integrantes da família, carregando assim memórias mais lúcidas sobre a trajetória da família.

Fora do aldeamento, foi entrevistada a senhora Josefa Flor (86 anos) residente no sítio Barro Vermelho (município de Belém), por ser profunda conhecedora da história da Passagem do Vigário, localidade que compõe a zona rural de Belém. Seus relatos foram tomados como indispensáveis à reconstituição da historiografia sobre o período em que a família Ricardo viveu naquela localidade.

Nessa perspectiva, concordamos que a partir das entrevistas, “ouvindo-o falar (o entrevistado), temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiosincrasias, relatos pitorescos.” (ALBERTI, 2004, p.14) dessa forma, os informantes da pesquisa realizada são “peças” indispensáveis para a produção do conhecimento histórico acerca da trajetória da família Ricardo.

Memórias do silenciamento: relatos da família Ricardo

Na ótica capitalista, as propriedades que não tinham seu uso voltado para uma agricultura e pecuária extensiva, eram tidas como propriedades “inutilizadas” e consideradas devolutas pelo Estado. De posse dos territórios Xukuru-Kariri, as grandes famílias da região de Palmeira dos Índios os dividiram entre si, criando e propagando o discurso de que os índios são preguiçosos e que não usaram suas terras extensivamente.

E neste contexto, sob a condição de expulsos, os primeiros integrantes da família Ricardo fixaram-se periféricamente na zona rural da cidade de Belém, conhecida à época como *Canudos*. A região que serviu de refúgio da família Ricardo tem um clima seco, contando com vários períodos de estiagem anual e com um solo difícil de ser cultivado, o que deixa a população refém das águas do pequeno Lunga, rio de fundamental importância para a subsistência dos moradores.



De acordo com os relatos de dona Josefa Flor, os integrantes da segunda geração da família Ricardo não plantavam— porque o solo não oferecia condições, porém garantiam o sustento trabalhando para os fazendeiros locais, com os quais desenvolveram laços financeiros e até de amizade ou compadrio— quando residiam na Passagem do Vigário, sendo possuidores de pequenas casas, construídas em terreno próprio e erguidas de barro maciço e varas nativas, caracterizando as chamadas casas de taipa. Como, mediante pesquisas de campo, não encontramos resquícios das casas no local de moradia dos Ricardo em Belém vê-se então a fragilidade das moradias feitas de barro, material de fácil degradação. Outro problema enfrentado pela família, segundo Josefa Flor, era a falta de energia elétrica, fato que explica a produção dos candeeiros para a iluminação das casas em tempos de escuridão.

Como não tinham acesso ao fogão a gás, cozinhavam com o uso de lenhas secas, em virtude de sua abundância na região. Produziram suas próprias louças, se atendo de um barro encontrado no leito do rio Lunga chamado de massapê, por sua maleabilidade e umidade, sendo importante para a confecção dos seus pratos e panelas. Depois de produzidas, as louças eram queimadas, para aumentar sua conservação e durabilidade. Além da produção de utensílios utilizados nas cozinhas e no transporte de água, confeccionavam também as telhas de barro (que eram também trocadas em outros objetos com outros moradores da localidade), necessárias para as cobertas das moradias, protegendo-lhes das poucas chuvas que alcançavam a região.

Percebendo que seus solos eram inférteis, com pequenas extensões e tendo em vista a necessidade de subsistência da comunidade, os mais velhos começaram a trabalhar de “aluguel”, sobretudo para os grandes fazendeiros da época. Sobre isso dona Josefa Flor afirma que: “Finado Vicente Ferreira, meu cunhado trabalhou muito o finado Vicente Ferreira, ali no Caroá, finado Zé Ferreira, finado Catôta ali no Caroá, meu cumpade trabaiva muito ali, o cumpade Zé Ricardo, Antonhe Ricardo trabalhava muito.”



Em sua fala, a entrevistada apresenta uma lista de fazendeiros belenenses que, à época, ofereciam trabalho aos indígenas da família Ricardo, mas tal oferta acontecia apenas por verem a possibilidade de conseguirem jornadas de trabalho exaustivas, em vista da mão de obra não ser qualificada, o que geralmente a tornava abaixo do preço médio pago pelo mesmo serviço a trabalhadores não indígenas.

Nos primeiros períodos de fixação nas terras da antiga *Canudos*, a “memória coletiva” (HALBWACHS, 2003) exerceu um importante papel para a união e manutenção do grupo, já que através de suas memórias conseguiram manter o grupo coeso até o convite para irem morar na Fazenda Canto.

A saída de Canudos em 1952: partindo para outros ares

Convidados a retornar para a Fazenda Canto, os integrantes da família Ricardo não pensaram muito e logo aceitaram. O senhor Francisco Ricardo nos relata como ele, integrante da família em questão chegou a aldeia, e reafirma a aquisição das terras que antes pertenciam ao posseiro Juca Sampaio para o assentamento dos índios:

“Eu sou filho dum lugar por nome de Canudo, que hoje é Belém né?! Então eu sou filho de lá, nasci lá e cheguei aqui com dois ano de idade, ou seja, tá com sessenta...mais ou menos com sessenta e quatro anos que eu cheguei aqui, foi tempo que o governo compô, compô esse terreno aqui, isso aqui pertencia ao Juca Sampaio né?!”

Amparada pela aquisição das terras pelo SPI, com dinheiro da venda de madeira de índios maranhenses e convidada a retornar, a família Ricardo se mobilizou para partir e deixar para trás um período de subalternidade e silenciamento. Na condição de negados, travestiram-se das mais variadas formas para manterem sua identidade marcada como forma de afirmarem-se como indígenas. A mudança física, produzida ao longo dos séculos de contato com o não índio, faz com que a cultura se configure como o principal traço identitário para os indígenas do Nordeste. Partindo da premissa de que a cultura não pode ser transmitida hereditariamente



ou por quaisquer outros processos biológicos (LARAIA, 2001), pois em seu dinamismo e lógica própria, ela é uma transmissão geracional através da convivência, da prática e da oralidade, sofrendo adaptações e modelagens (POMPA, 2003, ARRUTI, 1996, OLIVEIRA, 1998) a família Ricardo se apegou aos aspectos culturais para se afirmar enquanto integrante do povo Xukuru-Kariri.

Ainda nos relatos, a senhora Josefa Flor afirma que os primeiros grupos a se retirarem para a aldeia eram compostos pelos mais velhos, tidos como mais experientes e dignos de fazer escolhas certas para todos da família por serem “guardiões do passado” (HALBWACHS, 2003, p.22) em virtude de sua sabedoria aceitaram o convite para aldearem-se na Fazenda Canto. Josefa Flor ainda endossa que a saída desse grupo se deu lentamente, utilizando como meio de transporte os caminhões típicos da época, não se sabe de que forma o transporte fora adquirido, alugado ou cedido, o que pode-se dizer é que as mudanças tornaram-se mais ágeis graças ao uso de automóveis.

Com a instalação do grupo mais velho na aldeia Fazenda Canto os mais novos e as mulheres foram em seguida, buscando uma vida mais “confortável”, longe das precárias condições de trabalho. Pode-se dizer que todo o contexto do desaldeamento tornou árdua a vida da família Ricardo. Assim, “[...] é preciso combinar respeito e escuta atenta, de um lado, com procedimentos históricos, não importa quanto isto nos seja penoso.” (JOUTARD, 2000, p. 35)

Se tratar desses relatos foi penoso, pior foi a situação dos índios nos primeiros anos de instalação na nova terra, pois não foram os melhores, tendo em vista que teriam de construir novas moradias. Por conta da situação financeira na qual se encontravam, as novas moradias continuaram sendo erguidas em taipa (técnica de construção que se atem do barro e de varas como elementos primordiais) conforme descrito por dona Maria da Conceição na passagem a seguir:

“Na época as casas era tudo de taipa. Tinha casas que não era em alvenaria, era feita de barro com pau né? Pau a pique, fazia



aquelas casa, cavava barreiros e tapava com barro e muitas coberta de palha e outra eles tinha uma parte de gente que ba... fazia telha aqui na beira do riacho.”

Inicialmente, suas casas eram pequenas, na maioria das vezes contendo apenas um pequeno quarto, uma sala, um *fogão de lenha* que ficava localizado no terreiro das casas, e um terreno que poderia ser utilizado para o plantio, sobretudo de tubérculos, de grãos e de bananeiras. As condições de vida são descritas por D. Maria da Conceição ao relatar que:

“Na época era tudo mais difíci, porque não existia trabalho, muitos vivia da agricultura. Plantava mandioca, plantava a lavoura e quando dava pra vender, vendia alguma parte...outros trabalhava nos vizinho nos alu...assim nos alugado, nos é arredor. Nos branco lá fora!”

Com o estabelecimento na aldeia, a família Ricardo, como todas as outras famílias cresceu, acarretando em novas diásporas, situação gestada pela falta de demarcação de uma área que atendesse às necessidades dos Xukuru-Kariri, logo, o espaço da aldeia foi se tornando pequeno em relação ao crescimento demográfico. Na entrevista, dona Maria do Amparo da Conceição apresentou outros fatos do cotidiano, em épocas de assentamento na aldeia, conforme descrito a seguir:

“Naquela época não tinha energia, né? A gente usava o querosene. [...] A lamparina né? E quando faltava o gás né? A gente pisava; a minha mãe, minha sogra pisava mamona com algodão e fazia aqueles pavio né? E rudiava ne uma... num prato ou num pire e tocava fogo e queimava a noite toda.”

A ausência de energia elétrica nos primeiros anos na comunidade dificultava a vida dos aldeados. De tal modo, que tinham de fazer suas lamparinas utilizando o óleo encontrado nas sementes de mamona para as iluminar. Nessa conjuntura, entendemos que: “O meio não determina os costumes de uma sociedade, mas lhe impõe certas limitações.”



(MELATTI, 1980, p. 60) Embora fossem limitados fisicamente, usaram sua criatividade para manterem-se aldeados em meio as dificuldades.

De acordo com dona Maria da Conceição, a energia elétrica só foi introduzida por intermédio de um padre chamado Ludgero:

“Foi um pade chamado padre Ludugero, convivia aqui com us indio e eu não sei como ele conseguiu a inergia; primeiro era quatro poste lá naquela igreja né? Lá em cima, aí começou lá e ...foi ele! Que conseguiu colocar a eletricidade aqui: Padre Ludugero!”

Com relação ao abastecimento de água, dona Maria da Conceição afirma que naquela época, não tinha água encanada na aldeia. O meio de adquiri-la era através da coleta em poços, barreiros ou riachos. Como a família Ricardo morava as margens do rio Lunga em Canudos (Belém), a coleta da água em poços, barreiros e riachos tornou-se constante, já que o rio Lunga é sazonal, ou seja, tem água apenas em algumas épocas do ano.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no cotidiano, os Xukuru-Kariri foram mantidos à margem da história e não eram considerados por sua essência, rotulados como “misturados”, subalternos e outros adjetivos pejorativos foram silenciados pela historiografia, tendo como ponto de visibilidade uma nova escrita da história pautada na história oral. Assim entendemos que:

“[...] é preciso saber respeitar três fidelidades à inspiração original: ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades "indescritíveis", quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono.” (JOUTARD, 2000, p. 33)

Assim, a escrita da história dá voz para aqueles que sempre foram negados, mesmo sendo os verdadeiros donos da terra: os índios. Nos dias de hoje a aldeia apresenta uma quantidade de habitantes relativamente alta, se levado em consideração o pequeno espaço que possuem. Parte



dos moradores da aldeia são oriundos da família Ricardo, cujas lideranças estiveram envolvidas nas reivindicações pelos direitos a terras que um dia pertenceram a Fazenda Canto. O senhor Francisco Ricardo, um dos anciãos da família confirma o crescimento populacional dizendo que:

“E até hoje nós estamos aqui, é, eu acredito que a nossa população eu tô acreditando que já chega mil, já passa de mil pessoa né?! É mil e duzentos, mil e trezentos, eu tô pensando isso né?! Então é um lugar bom de se viver. Existe muita gente boa aqui né?!”

E ainda complementa que: “Palmeira dos Índios não é Palmeira dos Índios sem isso aqui, isso aqui também não é aldeia Xukurus sem Palmeira dos Índios, as duas precisa uma das outras né?!” Essa afirmativa compreende a relação do índio com o não índio como uma simbiose. Uma conexão que é, ao mesmo tempo, repulsão e dependência histórica, pois partimos da premissa de uma história total e não de histórias em separado.

A identidade do lugar só existe e se solidifica na totalidade das populações e culturas ali existentes, estabelecendo formas singulares de se relacionarem e identificarem-se como indígenas. A religião tradicional é um ponto de singularidade e de afirmação dentro da aldeia, embora o sincretismo tenha feito modelagens na crença desse povo, a religião de seus antepassados serve como ponto de união e fortalecimento identitário.

Encaminhamentos possíveis: as memórias do passado se fortalecem no presente

A pesquisa de campo e a análise dos relatos de memória nela colhidos nos permite perceber como o povo Xukuru-Kariri, mais especificamente a família Ricardo (habitantes da Aldeia Fazenda Canto), passou pelos processos de diáspora, silenciamento e retorno a Palmeira dos Índios. Processos que resultam, historicamente, em trocas culturais e na resignificação identitária. Compreendemos ainda, a influência dessa trajetória nas memórias da família e das pessoas que com eles conviveram.



Ficou visível nos relatos aqui estudados, que houve uma época na qual a família Ricardo esteve imersa em dificuldades que iam desde a expulsão, o estabelecimento em Canudos, a retirada da região de Canudos (Belém) até a chegada na Fazenda Canto, porém esses relatos não evidenciam apenas a experiência e o sofrimento de um grupo isolado, mas descrever o fortalecimento e a consolidação da existência de um povo que usa a adversidade para moldar uma identidade e se afirmar enquanto povo indígena.

Os problemas enfrentados nesse período estudado, notadamente o caos social, não são resolvidos da noite para o dia. Vários foram os anos em que estiveram, e ainda estão, à mercê dos olhares preconceituosos dos palmeirenses, que através de uma visão estereotipada não os consideram índios por não se enquadrarem nas limitadas definições raciais oriundas da criação de um biótipo específico, no passado.

É salutar ressaltar que a pesquisa cujos resultados são aqui apresentados é mais uma evidência incontestável do protagonismo dos índios na história do Brasil. Os relatos e as discussões aqui levantadas são reflexos da disputa pela memória e do clima notadamente reivindicatório no qual nos encontramos. Se existe uma história, essa é a mesma para todos; não admitamos mais a ótica reducionista de nos definir como brancos, índios ou negros, mas como seres pensantes e politizados.

O fortalecimento político e reivindicatório da Fazenda Canto é fruto das lutas travadas entre suas famílias tradicionais e o estado, dentre as quais a família Ricardo exerceu importante papel por seu desbravamento e apoio aos movimentos de retomadas territoriais fundamentais para a manutenção da aldeia e a consolidação da identidade local.

Referências

Adauto Santos da Rocha é graduando do Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas, bolsista PROEXT com atuação na Biblioteca Setorial do Campus III (UNEAL).

E-mail: adautorocha49@gmail.com



José Adelson Lopes Peixoto é mestre em Antropologia (Universidade Federal da Paraíba - UFPB) e Mestre em Ciência da Educação (Universidade Internacional de Lisboa – UIL). É Professor Assistente do Curso de História na Universidade Estadual de Alagoas, e coordenador do Grupo de Pesquisa em História Indígena de Alagoas (GPHI/AL).
E-mail: adelsonlopes@uneal.edu.br

15

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

ARRUTI, José Maurício. **O Reencantamento do mundo**: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu.1v. 296p. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996

CONCEIÇÃO, Maria do Amparo da. Entrevista realizada por Cássio Júnio Ferreira da Silva em 20 de Dezembro de 2015. Transcrita por Luan Moraes dos Santos. Formato: mp3 Duração: 5min: 14s Palmeira dos Índios/AL: 2015.

FLOR, Josefa. Entrevista realizada por Aduino Santos da Rocha e Cássio Júnio Ferreira da Silva em 11 de Janeiro de 2016. Transcrita por Aduino Santos da Rocha. Formato MPEG-4(m4a) Duração: 28min: 21s Palmeira dos Índios/AL: 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou, São Paulo: Centauro, 2003.

JOUTARD, Philippe. Desafios À História Oral do Século XX. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. FERNANDES, Tania Maria. ALBERTI, Verena (Orgs.) **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os Caminhos da Aldeia...Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1980.



OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **Mana**, Abr. 1998, vol.4, no. 1, p.47-77.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. João Pessoa: UFPB, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. IN: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Meridional**. São Paulo: Edusc/Anpocs. 2003.

SILVA, Francisco Ricardo da. Entrevista realizada por Adauto Santos da Rocha e Cássio Júnio Ferreira da Silva em 17 de Novembro de 2015.

Transcrita por Adauto Santos da Rocha. Formato MPEG-4(m4a) Duração: 21min: 26s Palmeira dos Índios/AL: 2015.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o serviço de proteção aos índios no agreste alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2013.